

Gênero educativo no rádio: parâmetros para a elaboração de programas voltados à educação

Roseane Andrelo*

Maria Teresa Kerbauy**

Resumo

Este trabalho busca compreender o papel do rádio na educação. O objetivo é discutir as especificidades do gênero educativo, de forma que essa discussão forneça parâmetros para a produção radiofônica com finalidade educativa. Para isso, apoia-se em uma abordagem multidisciplinar, afinal tem um objeto de estudo que coloca em relação os campos da Educação e Comunicação. Foram utilizados preceitos da análise de discurso; sobretudo da análise do discurso midiático; de dialogismo; linguagem oral; utilização pedagógica do audiovisual e da produção radiofônica. Além da fundamentação teórica, a metodologia incluiu a análise de emissões veiculadas em emissoras educativas. Uma das conclusões extraídas é que o rádio tem potencial educativo e capacidade de atender as novas exigências educacionais, desde que alie pressupostos pedagógicos a conceitos de produção radiofônica, principalmente no que diz respeito à linguagem.

Palavras-chave: Rádio. Rádio educativa. Gênero educativo. Análise do discurso midiático. Mídia-educação.

Educational genre in radio: parameters to radiophonic production with educational ends

Abstract

This study aims at comprehending the role of radio in education. Its objective is to discuss the particularities of the educational genre in a way to provide parameters to radiophonic production with educational ends. This work is based

* Doutora em Educação Escolar pela Unesp/Araraquara e mestre em Comunicação pela Unesp/Bauru. É professora dos cursos de Comunicação Social da Universidade do Sagrado Coração (USC) e da Unesp/Bauru. Foi bolsista da Capes (doutorado-sanduíche) na Université Paris III – Sorbonne nouvelle, onde desenvolveu parte desta pesquisa. E-mail: randrelo@usc.br.

** Doutora em Ciência Política pela PUC/SP. Bolsista Produtividade CNPq. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e em Educação Escolar da FCL/Unesp/Campus de Araraquara. Docente do Programa de Pós Graduação em Comunicação da FAAC/ Unesp/ Campus de Bauru. E-mail: kerbauy@travelnet.com.br.

on a multidisciplinary approach, for its subject matter interrelates the areas of education and communication. The study employed concepts of discourse analysis, mainly media related, dialogism, oral language, pedagogical use of audiovisual and radiophonic production. Besides the theoretical basis, the methodology includes the analysis of programs transmitted by educational radio stations. One of the conclusions is that radio has an educational potential and it is able to meet the new educational requirements. For this end, it is necessary to link pedagogical premises to the concepts of radiophonic production, especially involving language.

Keywords: Radio. Educational radio. Educational genre. Media discourse analysis. Educational media.

Género educativo en la radio: parámetros para la producción radiofónica con finalidad educativa

Resumen

Este trabajo busca comprender el papel de la radio en la educación. El objetivo es discutir las especificidades del género educativo, de modo que esa discusión produzca parámetros para la producción radiofónica con finalidad educativa. Para eso, se apoya en una abordaje multidisciplinar, al final tiene un objeto de estudio que pone en relación los campos de la educación y comunicación. Han sido utilizados preceptos de la análisis de discurso; sobretodo de la análisis del discurso de los medios de comunicación; de dialogismo; lenguaje oral; utilización pedagógica del audiovisual y de la producción radiofónica. Además de la fundamentación teórica, la metodología ha incluido la análisis de emisiones veiculadas en emisoras educativas. Una de las conclusiones obtenidas es que la radio tiene potencial educativo y capacidad de atender a las nuevas exigencias educacionais, desde que haga la alianza entre presupuestos pedagógicos y conceptos de producción radiofónica, especialmente sobre el lenguaje.

Palabras clave: Radio. Radio educativa. Género educativo. Análisis del discurso midiático. Educación para los medios de comunicación.

Introdução

A proposta de transmitir educação pelo rádio é tão antiga quanto à história do veículo. Desde a década de 1920, marcada pelo surgimento oficial do rádio no Brasil, até a atualidade, foram feitas várias experiências no sentido de educar os ouvintes, embora com diferentes conceitos de educação. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora regular brasileira, por exemplo, nasceu com o objetivo de “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Várias outras

ações poderiam ser citadas, como o Movimento de Educação de Base e o projeto Minerva, durante o governo dos militares.

Apesar de todas essas experiências, sabe-se que o rádio não é como os outros instrumentos pedagógicos com que a educação, historicamente, tem lidado. Trata-se de uma tecnologia marcada por características próprias e por um uso social específico: entretenimento, com pequenos espaços para informação; oralidade; instantaneidade, já que a mensagem precisa ser ouvida no momento da emissão; além de uma recepção marginal da mensagem, uma vez que o produto radiofônico disputa a atenção da audiência com várias outras atividades. Soma-se a isso o fato de o veículo de comunicação divulgar mensagens diversas, de forma fragmentada, em tempo reduzido e intercalando informações e peças publicitárias. Para os ouvintes, essa experiência, marcada pela pouca coerência interna das mensagens retidas, o que elimina todo processo de ação filosófica ou mesmo de argumentação, leva a conviver com uma “cultura mosaica” (MOLES, 1984, p.39).

Vale ressaltar que o rádio tem servido historicamente à educação, mas parece ter atendido com eficiência as concepções mais conservadoras, como o processo centrado no professor-emissor, na transmissão de conteúdos estagnados e na avaliação que cobrava do aluno a memorização de aspectos pontuais do conteúdo ensinado. Porém, o sistema educacional brasileiro sofreu reformas importantes nos anos 1990 e esse quadro traz novas exigências para o rádio na educação, que devem ser transpostas do papel às práticas educativas – formar ouvintes críticos, cidadãos conscientes, pessoas com sensibilidade estética, ética etc.

Portanto, é necessária uma avaliação sistemática das reais possibilidades educativas do veículo, considerando as tendências educacionais, que privilegiam a formação do cidadão, do leitor crítico e socialmente responsável. As questões que motivaram o presente trabalho foram: a linguagem radiofônica, resultado de uma combinação entre a palavra escrita, músicas, efeitos sonoros e silêncio, tem potencial educativo? Como utilizar um meio de comunicação unilateral de forma que não se limite às concepções mais conservadoras da educação, cujo processo centra-se na transmissão de conteúdos?

A hipótese levantada é que a linguagem radiofônica tem potencial educativo, desde que elaborada em consonância com o gênero educativo. O problema é que no Brasil, a radiodifusão, embora seja um serviço público, é voltada quase que totalmente ao gênero de entretenimento e, com menor espaço, ao gênero informativo. Sua finalidade principal é a comercialização de publicidade e, para isso, a elaboração de programas é pautada, muitas vezes, em pesquisas de audiência.

Nas rádios comerciais, onde impera a venda de espaços publicitários, é difícil encontrar iniciativas feitas em sintonia com a educação escolar. Por outro lado, esse quesito é um dos critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão sonora com finalidade exclusivamente educativa. A Portaria Interministerial no. 651 (BRASIL, 1999) determina que:

por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

Mas, como elaborar programas educativos sem levar para o rádio o formato da sala de aula? A resposta a esta pergunta passa pela reflexão sobre o gênero educativo. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir as especificidades do gênero educativo no rádio, de forma que essa discussão forneça parâmetros para a produção radiofônica com finalidade educativa.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem multidisciplinar, afinal tem um objeto de estudo que coloca em relação os campos da educação e comunicação. Além disso, se propõe a analisar o objeto inserido nos contextos social, econômico e cultural. Foram utilizados preceitos da análise de discurso; sobretudo da análise do discurso midiático (CHARAUDEAU, 2005, 2006); de dialogismo (BAKHTIN, 2002) e da linguagem oral (REYZÁBAL, 1999). A utilização pedagógica do audiovisual foi baseada em Jacquinet (1977), considerando também os conceitos sobre as características, a linguagem e a estética radiofônica e sobre paisagem sonora (SCHAFER, 1979, 1991).

A partir da fundamentação teórica e da análise de emissões veiculadas em emissoras educativas, foram estabelecidos parâmetros para a construção de programas radiofônicos educativos, que serão apresentados a seguir.

Definição de gênero

Todas as atividades humanas estão indissolúvelmente ligadas ao uso da linguagem, independente de sua forma de expressão, seja oral ou escrita, verbal ou icônica, ou mesmo de sua funcionalidade. As condições específicas da realidade linguageira e suas finalidades estão refletidas nos enunciados que, por sua vez, são a concretização do uso da língua. Assim, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, marcada pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, estão ligados ao enunciado e são determinados pela especificidade de um campo na comunicação (BAKHTIN, 2003, p.262).

Essa noção de especificidade permite elaborar uma classificação do discurso, que é chamada de gênero. “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p.262). A definição de tipologias específicas existe desde os estudos da retórica antiga e clássica, com ênfase especial na literatura, sem que haja um consenso claro, ao ponto de criar compartimentos nos quais se pode colocar os diversos textos. Até porque, segundo Bakhtin, não é possível analisar a linguagem fora de seu contexto. “Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p.268).

Charaudeau (2006, p.204), para quem “um gênero é constituído pelo conjunto das características de um objeto e constitui uma classe à qual o objetivo pertence”, sendo que “qualquer outro objeto tendo essas mesmas características integrará a mesma classe”, trabalha com a noção de gênero no discurso das mídias. Ele estabelece condições ou aspectos para determinar a classe textual.

O primeiro deles é o lugar de construção do sentido, que corresponde ao lugar da produção (modos de fabricação de textos),

da recepção (modos de reconhecimento desses textos) e do produto acabado, tido como o lugar de pertinência. Trata-se daquele

no qual se configura um texto portador de sentido como resultado de uma encenação que inclui os efeitos de sentido visados pela instância midiática e aqueles, possíveis, construídos pela pluralidade das leituras da instância de recepção numa relação de co-intencionalidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 205).

De acordo com o grau de generalidade das características textuais, segunda condição para a classificação do discurso, quanto mais geral são os enunciados, menos discriminantes serão. O terceiro aspecto diz respeito aos critérios de organização dos textos, pelos quais é possível escolher entre dois objetos: o discurso como procedimento de organização ou como texto configurado. Caracterizar um texto como narrativo, descritivo, argumentativo etc é uma forma de estabelecer tipologias de procedimento de organização. Porém, um texto pode trazer um conjunto de procedimentos e, mesmo que haja algum dominante, é arriscado utilizar esse critério para definir um gênero.

Especificamente quanto ao gênero informação midiática, Charaudeau (2006, p.206) define-o como o cruzamento entre um tipo de instância enunciativa, caracterizada pelo modo de identificação do autor do texto e pelo lugar da mídia onde está inserido; pelo modo discursivo, que transforma o acontecimento midiático em notícia, dando-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação; pelo conteúdo temático que constitui o macrodomínio abordado na notícia e pelo dispositivo, ou seja, sua materialidade em determinado suporte o que traz especificações para o texto e diferencia os gêneros.

O gênero educativo no rádio

No rádio, os gêneros mais tradicionais são o jornalístico ou informativo, educativo, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial. Eles, por sua vez, dividem-se em vários formatos, que são o:

[...] conjunto de ações integradas e reproduzíveis, enquadrado em um ou mais gêneros radiofônicos, manifestado por meio de uma intencionalidade e configurado mediante um contorno plástico, representado pelo programa de rádio ou produto radiofônico (concordando com conjunto) (BARBOSA FILHO, 2003, p.71).

Barbosa Filho (2003, p.89-144) aponta os principais formatos utilizados pelas emissoras brasileiras, segundo os gêneros radiofônicos:

- Gênero jornalístico: radiojornal, documentário, debate, reportagem, entrevista, editorial, crônica, boletim, nota etc;
- Gênero de entretenimento: programa musical, ficcional etc;
- Gênero publicitário: *spot*, *jingle*, testemunhal etc;
- Gênero propagandístico: visa propagar idéias e crenças. Pode ser traduzido pelos programas eleitorais ou religiosos;
- Gênero de serviço: bastante usual no rádio. São notas de utilidade pública, como documentos achados e perdidos, e os programetes de serviço;
- Gênero especial: caracterizado por não ter uma função específica, assume uma postura híbrida. É o caso do programa infantil e do programa de variedades, que muitas vezes mescla entretenimento, jornalismo e prestação de serviços;
- Gênero educativo-cultural: programa instrucional (parte de uma estrutura pedagógica que visa acompanhar os currículos aprovados pelos órgãos que regulam o ensino oficial, podendo ser suporte aos cursos de alfabetização, de ensino de idiomas e de disciplinas básicas e tendo como acessório material de apoio gráfico); autobiografia (o tema central é a vida de uma personalidade); documentário educativo-cultural (trabalha assuntos de cunho humanístico, como um movimento literário ou musical); programa temático (visa a discussão de temas sobre a produção do conhecimento).

A tipologia apresentada parece bastante óbvia quando trata-se do gênero jornalístico, ligado mais diretamente à veiculação de assuntos factuais; de entretenimento, destinado a promover a diversão dos ouvintes, e do publicitário, cujo objetivo é vender

determinado produto. Porém, há situações em que não haverá tanta clareza quanto à definição do gênero. Um programa musical, com informações sobre o intérprete, o compositor e o ritmo, pode ser de entretenimento, mas também informativo. Um outro, típico de emissoras AM populares, pode mesclar falas do apresentador com os ouvintes, como se fosse um diálogo descontraído, com o testemunhal, formato publicitário pelo qual o emissor dá depoimento pessoal sobre o uso de determinado produto com a finalidade de divulgá-lo.

A impossibilidade de tipificar os gêneros de forma rígida é ainda mais evidente ao falar dos formatos educativos. Um programa, por exemplo, que fale de ciência pode ser jornalístico ou educativo? É educativo um programa que ressalte os direitos do cidadão, como o acesso aos serviços públicos? Até que ponto um produto radiofônico sobre literatura ou filosofia pode ser classificado no gênero educativo?

Ao mesmo tempo em que não é possível estabelecer ‘compartimentos’, nos quais se isola cada um dos gêneros radiofônicos, uma vez que eles podem cruzar-se de alguma forma, é preciso traçar linhas claras que possam, não de forma hermética, estabelecer parâmetros para sua produção. Caso contrário, para não repetir erros históricos, como levar o mesmo formato de aula tradicional para o microfone, há o risco de produzir programas com objetivos educativos com uso excessivo de formatos de entretenimento, gerando mais diversão do que permitindo o aprendizado de conteúdos relevantes. Nesse sentido, o primeiro passo é refletir sobre o conceito de gênero educativo no rádio.

Uma primeira tentativa seria focar a análise no conteúdo veiculado, essencial ao tratar-se de educação. Nesse caminho, de forma mais genérica, pode-se pensá-lo como aquele que veicula mensagem com conteúdo informativo. Porém, isso o igualaria ao gênero jornalístico. Outra via seria a apresentação, em formato radiofônico, de conteúdos tipicamente escolares. Essa proposta não pode ser estabelecida como parâmetro, por uma série de fatores. Primeiro, a noção de temas transversais leva praticamente todos os assuntos para o interesse escolar – a mídia, a cidadania, a política, a sexualidade entre outros. Segundo, no caminho de

volta, vários temas ‘oficiais’ da escola também interessam à mídia, sempre tratados de acordo com a prevalência das características de um gênero. Assim, os conceitos da geopolítica vão ajudar um produto jornalístico a explicar determinado conflito mundial. Terceiro, o perfil extremamente especializado de tratar determinado campo do saber fará com que o programa tenha como alvo um público formado por especialistas, já conhecedores dos temas tratados.

Além disso, ao elaborar um programa educativo, o conteúdo a ser trabalhado, embora de extrema importância, não deve ser o único norteador. Deve-se considerar, *a priori*, a formação por competência, considerada como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (PERRENOUD, 1999, p.7).

Trabalhar com o conceito de competência significa relacionar a educação a práticas sociais, de forma a fazer sentido aos alunos/ouvintes; de focalizar a educação no aluno/ouvinte; de utilizar métodos ativos e a adotar a transversalidade, sem que isso signifique o abandono das disciplinas. Afinal, as competências utilizam, integram ou mobilizam conhecimentos, que são representações da realidade, construídas e armazenadas via experiência e formação.

Essas perspectivas estão contempladas no potencial educativo do rádio. É possível integrar o conteúdo a diversas práticas sociais. Um produto midiático é elaborado para um público visado e, se feito em consonância com o preceito da interatividade, permite a focalização no aluno/ouvinte. Quando aliado à educação às mídias, a proposta educativa de usar programas radiofônicos estará ancorada em métodos ativos. E, por fim, a transversalidade é uma das principais vantagens desse tipo de produção.

Essa reflexão mostra que o conteúdo não pode ser o único parâmetro para a definição do gênero educativo. É preciso pensar sobre a finalidade do programa, o que demonstrará a diferença entre o ato de informar e o de instruir. Segundo a diferenciação feita por Jacquinet (1977, p.143), no primeiro, o objetivo é levar uma determinada informação ao público; já o programa instrutivo visa permitir aprender àquele que estuda. Embora haja diferença de intencionalidade, isso não esconde a diferente corrente entre

informação que se propõe (princípio de liberdade) e instrução que se impõe (princípio de coerção).

A autora acrescenta que só é possível falar de aprendizagem quando a informação recebida for colocada em relação com o repertório individual de esquemas e de estruturas, o que transforma esta informação em conhecimento, isto é, em novos esquemas e novas estruturas que vão enriquecer o ‘repertório cognitivo’ daquele que aprende. Isso faz com que a aprendizagem seja um processo de produção. Deve-se distinguir, na situação de aprendizagem, a operação da produção do conhecimento e as condições da produção, ou seja, os contratos que vão determinar ou facilitar esta operação de produção. Instruir deveria ser dominar esses contratos para melhor liberar o ato de aprendizagem. Isso reforça a necessidade de interface entre educação e comunicação, o que inclui o trabalho dos profissionais das duas áreas na elaboração dos produtos midiáticos educativos.

Mas como propor a aprendizagem via rádio sem fazê-la de forma coercitiva e respeitando o repertório individual dos ouvintes em um veículo caracterizado por atingir um público amplo e heterogêneo? É indispensável, portanto, uma reflexão sobre os atores presentes na emissão radiofônica, mais especificamente os produtores e a audiência.

Uma enunciação supõe um locutor e um interlocutor, mesmo que um deles ou ambos não apareçam de forma explícita. O discurso didático, de forma geral, é caracterizado por uma relação privilegiada entre locutor e receptor da mensagem. Utilizando como referência as funções da linguagem trabalhadas por Jakobson, sabe-se que uma mensagem informativa coloca o acento no destinatário. Ela é, portanto, denotativa. Já a enunciação didática incorpora na mensagem referencial (o que se fala) uma mensagem que objetiva o fato de falar a alguém – ela é, portanto, conotativa. Um programa radiofônico pedagógico funciona em “referência a um interlocutor ausente, mas visado como presente” (JACQUINOT, 1977, p.69).

Nesse sentido, é preciso produzir o programa de forma a permitir uma interação por parte do ouvinte, mesmo que limitada, nos dois principais momentos de um produto midiático: na produ-

ção e durante a recepção. No que diz respeito ao primeiro ponto – a produção –, levando em consideração que o rádio é um veículo com um público amplo e heterogêneo, mesmo com a crescente segmentação das emissoras, fica difícil considerar o repertório individual dos ouvintes, torná-los presentes no momento da enunciação. Porém, sabe-se que o produtor idealiza o perfil do grupo de pessoas a quem ele se dirige. Isso acontece por pesquisas de audiência ou por termômetros como o retorno que os ouvintes dão via e-mail, cartas ou telefonemas. Não seria viável, em uma emissora com programação baseada no público jovem – tanto pelas músicas veiculadas quanto pelo estilo de locução –, fazer um programa voltado a pessoas idosas, pois faltaria coerência em relação ao universo de produtos contidos na grade de programação.

Assim, a idéia de público ideal está presente na produção de qualquer programa. No educativo, sobretudo, é preciso ampliar a participação dos ouvintes ainda na fase da elaboração. Isso pode ser feito através de canais concretos de comunicação, como e-mail, endereço para correspondência e telefone. Além de criá-los e divulgá-los, é preciso incentivar o público a participar, enviando críticas, sugestões ou mesmo fazendo questionamentos. De uma forma ainda mais elaborada, a produção pode convidar professores e alunos a fazerem parte da equipe, seja de forma mais simples, com reuniões periódicas para definir futuros assuntos e levantar temas, ou mesmo participando do processo de elaboração. Esse grupo poderia ser trocado a cada ano, de forma a aumentar o número de atores participantes.

Já a interação no momento da veiculação pode acontecer de forma discursiva, na instância da recepção. Isso porque, a maior parte dos programas educativos é gravada, não sendo possível que enunciatador e enunciatário interajam durante a enunciação. A diferença acontece no modo de produção. Pode-se distinguir duas vias: guiar a audiência, colocando-a em observação atenta, ou permitir que questões e respostas sejam elaboradas pelo receptor através do uso de diversos elementos significantes? Quanto mais o pedagogo investe-se no que é apresentado, mais o tema da enunciação estará no enunciado, liberando o ouvinte e devolvendo-lhe sua autonomia (JACQUINOT, 1977, p.67).

Ao analisar como a mensagem fílmica didática introduz o destinatário, Jacquinet (1977, p.69) trabalha com o conceito de código de implicação, que pode ser adaptado ao meio radiofônico. O código atua de forma mais ou menos direta, ou seja, tem vários graus, dependendo do produto. O “grau zero” da escritura radiofônica didática engloba cursos, mesas-redondas e palestras. Embora tenham a finalidade educativa, usam o rádio como mero meio de registro, ignorando seus recursos e, também, suas possibilidades educativas.

No grau médio de escritura radiofônica didática, estão as mensagens radiofônicas didáticas tratadas com base na relação pedagógica tradicional, isto é, alguém que sabe algo informa esse conteúdo a alguém que o desconhece. É o caso da fala de um especialista. Cabe ao responsável pelo documento ‘efetuar’ o processo didático, ou seja, ele é feito por aquele que ensina e não por aquele que aprende. Isso porque, cabe à audiência apenas aceitar ou rejeitar o produto, sem espaço para elaborá-lo.

O grau pleno da escritura radiofônica didática inclui as mensagens que trabalham a matéria significante de modo específico, permitindo ao ouvinte participar de forma mais ativa. Ou seja, essas mensagens são didáticas “[...] não mais porque elas transmitem um saber, mas porque elas permitem a elaboração de um saber.” (JACQUINOT, 1977, p.132, tradução nossa)¹. No primeiro grau, o zero, o universo da classe estava presente. No segundo, o grau médio, era o universo do especialista. Já no grau pleno, é o tratamento radiofônico que garante o ato didático, efetuado por aquele que aprende e não pelo que ensina.

Esse código de implicação tem vários graus (é mais ou menos direto), modalidades (modos) e formas (matérias de expressão). A escolha deles passa pelo uso específico da didática, considerada em sua forma mais geral, ou seja, como arte ou técnica de ensinar. Para Jacquinet (1977, p.143), o que define a didática é menos um gênero de documentos, que um tipo de tratamento da informação. Muitos documentos podem ser didáticos se eles não forem mais definidos por seu conteúdo substancial, por seu público estratificado ou pela instituição pedagógica que os produz.

1 “[...] non plus parce qu'ils transmettent un savoir, mais parce qu'ils permettent l'élaboration d'un savoir” (p.132).

Assim, para que haja um tratamento adequado da informação radiofônica, é preciso aliar, na esfera da produção, conhecimentos de comunicação e de educação. Isso não significa reproduzir formatos já tradicionais. Como alerta Moles (1984, p.39), é preciso trabalhar com a concepção de coerência interna na mensagem midiática. Ou seja, normalmente, a mídia divulga diversos assuntos, de forma fragmentada, em poucos minutos e entremeados pela publicidade. Modo diferente do processo de ação dramática, filosófica e de argumentação. É necessário elaborar um produto que considere as características do rádio, respeitando as peculiaridades que um produto educativo deve ter.

Em um veículo que tem no som o único estímulo e que, portanto, é marcado pela efemeridade de sua mensagem, há aspectos que devem ser considerados. Um deles diz respeito ao número de informações veiculadas em um programa – quanto mais, menos se retém.

Para contornar isso, uma possibilidade é uso da redundância, sem que isso se torne um pleonasma. Seja pelo texto, pela colocação de exemplos ou mesmo pelo som, reforçar as informações principais é essencial. Ainda do ponto de vista da linguagem, é preciso respeitar as características da oralidade, mesmo que ela se concretize apenas na esfera da recepção, e também os conceitos de estética radiofônica, incluindo a colocação de trilhas e efeitos sonoros diversos. Desta forma, poderá utilizar o potencial de imaginação do rádio, o que vai, de certa forma, superar o limite da ausência de imagem.

Na perspectiva defendida pelo presente trabalho, de pedagogia ativa, é essencial inserir os conceitos de interatividade não-dialógica e de dialogismo. Ao invés de apenas fazer afirmações taxativas, colocar questões seguidas de segundos de silêncio é um meio de solicitar a participação do ouvinte, permitindo sua reflexão. Referir-se diretamente a um ouvinte, usando verbos na terceira pessoa do singular, ao invés de falar com toda a audiência, também contribui para não deixar o programa impessoal.

O tom escolhido para a voz e a velocidade da locução também são importantes. Diferente do que normalmente se faz em emissões jornalísticas, a apresentação deve ter um ritmo mais lento, explicando claramente os conceitos em questão.

Do ponto de vista do formato, não há praticamente restrições. A escolha vai depender dos objetivos a serem atingidos. Como visto, pode incluir a transmissão de uma aula, por exemplo, embora esse não seja o modo mais adequado. Pode-se trabalhar com os formatos tradicionais do gênero educativo, mas também utilizar outros, como a dramatização, a revista, a simulação de um jornal etc.

Do ponto de vista do conteúdo, sabe-se que os assuntos podem ser os mais diversos possíveis. Um dos diferenciais do gênero educativo é o uso de saberes científicos para explicá-los e não do senso comum ou mesmo do conhecimento religioso.

É importante deixar claro ao ouvinte os objetivos do programa e o assunto que será abordado naquele dia, preferencialmente ainda no início – seja na vinheta ou na abertura. Essa informação deve ser repetida no meio da emissão, caso ela tenha mais de um bloco, pensando naquela pessoa que ligou o rádio quando o programa já tinha começado. Esse “contrato”, que permite entender o porquê da emissão, também pode estar no final, acrescido de um resumo do que foi retratado. Tratam-se de estratégias didáticas que evitam a fragmentação do tema.

Para que o processo de aprendizagem tenha seqüência, é interessante veicular sugestões de leitura para os interessados em ir além do que foi dito no rádio. Pode ser dicas de livros, sites, visitas a museus etc. Caso a emissora tenha página na internet, um material de apoio pode ser disponibilizado, sem que isso seja condição *sine qua non* para a compreensão do programa, pois o índice de brasileiros com acesso à internet, embora crescente, ainda é restrito.

O presente trabalho parte do pressuposto de que a educação pelas mídias deve ser acompanhada da educação às mídias. Compreender outras linguagens e conhecer os mecanismos de produção e recepção dos meios de comunicação são objetivos essenciais da educação e são mais fáceis de serem concretizados pelos sistemas formais de ensino. Aliar esses dois conceitos permite um aprendizado mais crítico e contribui para que o rádio deixe de ser um simples meio de transmissão.

Em suma, o gênero educativo no rádio é marcado pelo uso específico da linguagem radiofônica, tanto do ponto de vista da expressão quanto da funcionalidade. Sua construção deve consi-

derar o objeto difundido (a educação) e o meio escolhido para difundi-lo (o rádio). Essas escolhas pressupõem implicações, seja do ponto de vista do meio - as características da produção e recepção radiofônica - como do objeto - a necessidade de respeitar o provável repertório da audiência e, na medida do possível, interagir com o aluno/ouvinte, evitando repetir a fórmula da transmissão de conteúdos.

No que diz respeito à funcionalidade, o tema escolhido deve ser relevante e as explicações dadas a ele devem considerar conhecimentos científicos. Os conteúdos não devem ser trabalhados de forma isolada, mas relacionados a práticas sociais. Os objetivos educativos do programa devem ser claros e divulgados à audiência.

Quanto à expressão, é preciso transpor a didática ao meio radiofônico, respeitando alguns aspectos: utilizar uma locução clara, em tom calmo; recorrer à redundância, para permitir uma compreensão adequada; valorizar curtos trechos de silêncio, incentivando a reflexão; dar sugestões de leitura ou atividade, incentivando a pesquisa; e compor o programa usando os elementos da linguagem radiofônica, de forma a trabalhar a imaginação.

A relação entre locutor e receptor deve ser privilegiada, nos momentos anteriores e posteriores à veiculação, mas também durante o programa, em nível discursivo. O modo de tratamento do texto deve utilizar a linguagem formal, mas deve ser atrativo, considerando a necessidade de uma audiência atenta, para que haja concretamente a construção de sentido.

Considerações finais

Ao reconhecer o papel de destaque das mídias e ao defender a inserção delas na educação, porém, considerando o contexto no qual caracteriza-se seu uso social no Brasil, surgiram as questões que motivaram este trabalho: a linguagem radiofônica, resultado de uma combinação entre a palavra escrita, músicas, efeitos sonoros e silêncio, tem potencial educativo? Como utilizar um meio de comunicação unilateral de forma que não se limite às concepções mais conservadoras da educação, cujo processo centra-se na transmissão de conteúdos?

A resposta para a primeira pergunta é positiva. O rádio, ao utilizar o som como único estímulo sonoro, trabalha a imaginação e seu hábito de escuta pode contribuir para a concentração. Ao serem veiculados em emissoras com sinal aberto, os programas radiofônicos educativos contribuem para a educação permanente. Quando levados para a educação formal, podem fornecer “elementos de organização prévios”, introduzindo o aluno no novo conteúdo do programa escolar e assegurando um componente afetivo à nova temática discutida.

Tudo isso é válido, caso a instância produtora elabore programas realmente voltados à educação, o que não significa transpor o formato “aula” para as ondas hertzianas. Apesar de um histórico de mais de oitenta anos de veiculação de programas com intenção educativa, o rádio assumiu um caráter comercial, dando ênfase a emissões de entretenimento e informação. Mesmo as emissoras educativas, de modo geral, não levam em consideração seu papel de atuarem junto aos sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade. Ou seja, o rádio educativo no Brasil não contribui para o uso do próprio meio na educação.

O presente trabalho defende que uma política educativa que leve em consideração as mídias – e o governo federal vem assinalando nesta direção – não deve ser restrita à pasta da educação. A sugestão é que os ministérios da Educação, das Comunicações e da Ciência e Tecnologia atuem de forma conjunta. Algumas ações, já realizadas hoje, podem ser aprimoradas, como a formação dos professores e o incentivo à produção de recursos tecnológicos com essa finalidade. Há que considerar também as emissoras de rádio educativas, pois, além de serem uma forma de serviço público, devem servir diretamente à educação, como consta em textos oficiais.

Para isso, é preciso reconhecer a dificuldade em produzir material educativo em uma mídia com histórico focado, principalmente, na venda de publicidade. É preciso fornecer base conceitual que dê parâmetros às instâncias de produção. Esse ponto, acredita-se, é uma das contribuições que esta pesquisa pode dar. Conforme demonstrado, o conteúdo escolhido e a intenção de “ensinar algo a alguém” não podem ser os únicos critérios

definidores de um programa educativo. É preciso produzi-lo em consonância com a perspectiva educacional que leva em consideração o aluno/ouvinte como um ser ativo e não como um mero receptáculo de informações.

Isso pode ser feito de forma concreta, no momento que antecede a produção, durante sua veiculação e posteriormente a ela. No primeiro caso, é válido permitir que grupos de professores e estudantes, que atuem de forma rotativa, contribuam na elaboração dos programas. No segundo, de forma discursiva, levar em consideração o potencial dialógico da linguagem radiofônica. E, por último, ao criar vias de retorno para que a audiência possa se manifestar. Utilizar o suporte da internet é outra maneira de garantir a participação dos ouvintes. Caso essas sugestões sejam acatadas, está respondida a segunda pergunta que motivou esta pesquisa, ou seja, como utilizar um meio de comunicação unilateral de forma que não se limite às concepções mais conservadoras da educação, cujo processo centra-se na transmissão de conteúdos.

A veiculação de programas educativos, por si só, contribui para a educação permanente, consolidando o papel do rádio na educação não-formal. O uso desse material em sala de aula vai além, constituindo-se em um importante recurso e/ou conteúdo, dependendo da sua utilização. De toda forma, este trabalho defende que a educação pelas mídias não pode dissociada da educação às mídias, o que vai permitir um uso crítico deste material e uma compreensão da inserção dele nos âmbitos socioeconômico, político e cultural.

Concluindo, o rádio tem potencial educativo e capacidade de atender as novas exigências educacionais, sobretudo de entender o aluno como um ator ativo e, conseqüentemente, a aprendizagem como um processo de produção. Para isso é preciso aliar pressupostos pedagógicos a conceitos de produção radiofônica, principalmente no que diz respeito à linguagem. Desta forma, se poderá tirar benefícios do poder de evocação e imaginativo do rádio, suprimindo carências como a ausência de imagem e a efemeridade da mensagem.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BRASIL. Ministério das Comunicações; Ministério da Educação. Estabelece critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa. **Portaria Interministerial no. 651**, de 15 abr.1999. Disponível em: <http://www.sulradio.com.br/legislacao/portaria%20int_651.asp>. Acesso em: 29 nov. 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. Problemas de análise das mídias. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.) **Teorias do rádio**: textos e contextos (volume I). Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- JACQUINOT, Geniève. **Image et pédagogie**: analyse sémiologique du film à intention didatique. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- MOLES, Abraham. Systèmes de médias et systèmes éducatifs. In : MORSY, Zaghoul. **L'éducation aux médias**. Paris: Presses Universitaires, 1984.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- REYZÁBAL, Maria Victoria. **A comunicação oral e sua didática**. Tradução de Waldo Mermelstein. Bauru: Edusc, 1999.
- SCHAFER, R.Murray. **Le paysage sonore**. Tradução de Sylvette Gleize. Paris: J-C Lattes, 1979.
- _____. **O ouvido pensante**. 4.ed. Tradução de Marisa Trenc de Fonterrada, Magda Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal. São Paulo: Editora Unesp, 1991.